

A Psicologia no Centro da Prevenção ao Desastre: Testemunho, Pioneirismo e Desafios da Psicologia na construção da Gestão Integral de Riscos e Desastres no Brasil

The Psychologist at the Center of Disaster Prevention: Testimony, Pioneering Work, and the Challenges of Psychology in Advancing Integrated Disaster Risk Management in Brazil

Daniela da Cunha Lopes , Victor Hugo Turezo  e Uelison Vaz França 

A intensificação das catástrofes socioambientais nas últimas décadas tem evidenciado a necessidade de abordagens cada vez mais amplas e articuladas no campo da prevenção a riscos e desastres no Brasil. Nesse contexto, a Gestão Integral de Riscos e Desastres (GIRD) consolida-se como uma perspectiva intersetorial e multidisciplinar, voltada à integração de diferentes áreas de atuação e à articulação dos diversos eixos que a constituem, sendo eles: prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação. Com isso, mais do que responder a situações eminentes de desastres, tal campo de atuação busca fortalecer vínculos comunitários, reduzir vulnerabilidades e promover respostas capazes de considerar as dimensões sociais, ambientais e psicossociais dos desastres.

É nesse horizonte que se insere a trajetória profissional e acadêmica de Daniela da Cunha Lopes, referência nacional no campo da Psicologia das Emergências e Desastres. Graduada em Psicologia pelo Centro Universitário de Brasília (UniCEUB) e em Serviço Social pela Universidade de Brasília (UnB), com especialização em Psicodinâmica do Trabalho e Gestão do Estresse, Lopes atuou na área pública federal e do Distrito Federal, desenvolvendo atividades de ensino, pesquisa e formulação de políticas públicas voltadas à Gestão Integral de Riscos e Desastres. Sua trajetória reúne passagens pela Secretaria Nacional de Defesa Civil (SEDEC), pela Secretaria de Estado de Defesa Civil do Distrito Federal e pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, onde construiu uma atuação marcada pela interlocução entre prevenção e promoção de saúde mental no contexto de riscos e desastres. Mestranda em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), integrante do grupo de pesquisa Jornalismo Humanitário e Media Interventions (HumanizaCom) e pesquisadora vinculada à Universidade Federal Fluminense (UFF), hoje Daniela dedica-se, especialmente, às discussões sobre gestão da redução de riscos e gerenciamento de desastres socioambientais. Além de atuar como consultora independente na área, assina a coluna *Psicologia nos Desastres*, da revista *Emergência*, e é autora do livro *O psicólogo na redução dos riscos de desastres*, bem como organizadora de diversas obras e autora de artigos científicos e materiais técnicos sobre o tema.

Realizada de forma on-line em janeiro de 2026, a presente entrevista propõe uma reflexão crítica sobre a construção do campo da Gestão Integral de Riscos e Desastres no Brasil e sobre a contribuição da Psicologia para o desenvolvimento da área no país. Ainda, discute os desafios da atuação profissional em contextos de desastre, a centralidade da saúde mental na garantia de direitos humanos e a importância da mobilização da categoria para o enfrentamento, principalmente preventivo, aos desastres.

Victor Hugo Turezo: Primeiramente, eu gostaria que você se apresentasse e nos contasse quem é a Daniela Lopes; quais os motivos que a levaram a ingressar no campo da Gestão Integral de Riscos e Desastres e quais as experiências que marcaram o seu percurso formativo nessa área.

Bom, eu me chamo Daniela Lopes, tenho 54 anos e, como formação profissional, eu fiz a minha primeira graduação em Serviço Social na Universidade de Brasília. Me formei no ano de 1993 e, no início do ano seguinte, entrei no concurso público do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal para o cargo de assistente social daquela instituição.

Naquele contexto, eu trabalhava como assistente social na construção de uma política de atendimento em saúde mental para os militares do Corpo de Bombeiros de Brasília e, também, no atendimento — em alguma medida, extensivo em termos de garantia de direitos — para os dependentes, para os familiares desses militares. Mas o meu principal foco de atenção naquele momento, até o ano de 2003, foi a saúde militar desses profissionais, que, aí, hoje, a gente chama de profissionais de primeira resposta, que são os bombeiros de Brasília.

No entanto, no ano de 2003, eu fui convidada pelo Secretário Nacional de Defesa Civil para ir para a Secretaria Nacional de Defesa Civil na condição de assistente social. Naquela ocasião, a intenção do convite era que eu pudesse contribuir na estruturação do programa de assistência humanitária em situações de desastre, que é um campo bem definido de atuação do serviço social. Então, o nosso trabalho era pensar que tipo de benefício e de garantias de direitos humanos básicos a gente poderia estruturar enquanto política pública de assistência para estes contextos de desastre. Nesse ano de 2003, eu já tinha ingressado no curso de graduação de Psicologia e estava no segundo ano de formação.

Quando eu cheguei à Secretaria Nacional, de novo como assistente social, comecei a me aproximar da temática de Defesa Civil, naquele momento — ainda mais do que hoje — voltada para a ocasião da resposta ao desastre. Então, eu comecei a atuar como assistente social em todos os grandes eventos, em todos os grandes desastres que aconteciam no país naquele momento.

Para estruturar essa política de assistência, e indo nesses desastres como assistente social e como estudante de psicologia, eu comecei a me dar conta que, para além das questões relacionadas a garantias de direitos e de assistência, tinham conteúdos naqueles cenários e que envolviam os sujeitos que estavam presentes ali, tanto as vítimas diretas como os profissionais que atuavam naqueles contextos. Eles tinham questões que estavam para além das questões relacionadas à assistência; na verdade, eram questões relacionadas à subjetividade daqueles sujeitos. E eu comecei a me dar conta que aquilo era campo da psicologia, questões que estavam relacionadas à psicologia enquanto ciência, enquanto profissão, que eram fenômenos que eu comecei a observar como psicóloga, e não como assistente social somente. Nesse momento, eu estava lá pelo sexto, sétimo semestre de curso e, aí, eu comecei a pesquisar onde é que tem isso, onde é que tem essa atuação do psicólogo nesse contexto de desastre.

No Brasil, naquele momento, eu não identifiquei ninguém que atuasse especificamente nesses cenários. A gente já tinha profissionais atuando no contexto de luto, mas, especificamente com uma atuação profissional no campo dos desastres, eu não identifiquei. Levei isso para a faculdade em que eu fazia a graduação e foi muito interessante, porque, naquele momento, também causou estranheza. Alguns professores falavam: “Você está querendo trabalhar com luto”. Eu falava: “Não, eu não estou querendo trabalhar com luto. Eu pelo menos percebo que não é só isso. Eu estou dizendo que existe um cuidado nesses cenários que não é só em função das perdas, eventualmente, de vidas que ocorreram. Não é só isso”. Era o que eu defendia.

Então, no campo, na academia — pelo menos ao qual eu tinha acesso, inicialmente, também não consegui eco. Foi aí que eu procurei o Conselho Federal de Psicologia (CFP) para apontar que estava trabalhando numa área, com o respaldo de quem estava na direção da Secretaria Nacional de Defesa Civil, que me deu carta branca. À época, conversei com o secretário [da Secretaria Nacional de Defesa Civil] e disse a ele: “Olha, secretário, eu acho que tem coisas aqui que a gente precisa dar conta no campo

do cuidado, que não é só da assistência humanitária concreta”. E ele falou: “Ok, se você acha que é, então você vai procurar onde é que tem”. E aí eu procurei o Conselho Federal de Psicologia para dizer a mesma coisa. Expus que enxergava uma possibilidade de ocupação da categoria, da profissão, nessa política pública, que estava se conformando naquele momento de Defesa Civil e que eu entendia que era campo de atuação da psicologia; mas que, como estudante, precisava saber se era isso mesmo, se o Conselho estava de acordo.

Aí foi muito interessante, porque também, naquele momento, o Conselho Federal de Psicologia contava com uma gestão que abraçou esse convite-provocação que eu fiz. A partir disso, estabelecemos uma parceria da Secretaria Nacional de Defesa Civil com o Conselho Federal de Psicologia para que a gente começasse a construir este campo como sendo um campo possível e necessário de atuação da psicologia — como ciência e profissão. Me formei em 2005, e a minha monografia de final de curso, depois de muita dificuldade para conseguir até um orientador — meu orientador, inclusive, se interessou pelo meu trabalho porque ele era cubano e lá já havia uma literatura consistente sobre a atuação da psicologia nesse campo, além de uma atividade de campo nessa área.

Portanto, a minha formação na psicologia foi orientada para o campo das políticas públicas e, junto com meu orientador, procuramos pessoas na América Latina que trabalhassem com o tema. Nós identificamos, portanto, que no Brasil a gente não tinha quem trabalhasse diretamente com a temática dos desastres; então, nós fomos costurando a partir de áreas que considerávamos adjacentes, como a psicologia ambiental. E aí, eu fui levando o conteúdo de pesquisa para os colegas do Conselho Federal de Psicologia e disse: “Olha a gente tem outras possibilidades de atuação — a nossa atuação não se dá apenas no momento que o desastre acontece”. Por exemplo, a Defesa Civil concebe outras fases como a prevenção, a preparação, a resposta (que é no momento do desastre) e, depois a reconstrução — e em todo esse processo existem pessoas. Então, a gente precisa cuidar dessas pessoas em todas essas fases.

Com isso, passamos a identificar quais eram as psicologias que poderiam contribuir com o processo que, um pouco

mais à frente, tornou-se a Gestão Integrada de Riscos³ e Desastres. Então, na fase preventiva, a gente começou a identificar que quem trabalhava com a psicologia educacional e com a psicologia organizacional entendia em alguma medida a proposta da psicologia ambiental — esses campos tinham conteúdos que iriam contribuir para essa nova área que a gente estava formando. E aí, em 2006, a gente organizou o primeiro Seminário Nacional de Psicologia de Emergências e Desastres, a partir desse esforço inicial de construir os conteúdos que deveriam ser a base para a atuação nesse campo, e trouxemos os colegas do Brasil, que já trabalhavam com a psicologia ambiental, como, por exemplo, a professora Ariane Kuhnen, de Santa Catarina e a professora Ângela Coelho, do Mato Grosso, que trabalhava com a questão da seca no Nordeste. Trouxemos, ainda, pesquisadores de Cuba, como o professor Alex Ruiz, que veio trabalhar no desastre do Césio-137, ainda no final da década de 1980, no Brasil. Foi ele, inclusive, que organizou o atendimento psicológico em Goiânia e veio colaborar com a gente nesse seminário. O evento também contou com a colaboração das colegas Claudia Gomes e Suzana Chames, da Argentina; Rodrigo Molina, do Chile; e Arturo Marinero, do México, que trabalhavam no campo.

Foi neste seminário que a Secretaria Nacional de Defesa Civil, com a chancela do Conselho Federal de Psicologia, inaugurou o campo da Psicologia das Emergências e Desastres. Mesmo que você atue como profissional no momento da resposta, é necessário compreender que o desastre é resultado de um processo de exclusão social e de um somatório de vulnerabilidades, onde as comunidades — e os sujeitos que as ocupam — estão inseridas. Então, apesar de o campo ter nascido com a nomenclatura de Psicologia das Emergências e Desastres, já nasceu com a compreensão de que era uma psicologia que tinha que atuar sistemicamente, compreendendo esse processo de maneira integral.

Já em 2010, quando vem a primeira nota técnica do Conselho Federal de Psicologia para atuação nessa área, ela é renomeada para Psicologia da

³ Ao longo do texto, a entrevistada utiliza a expressão Gestão Integrada de Riscos e Desastres, pois entende que as ações deste campo de atuação devem ser coordenadas, sistêmicas e interdependentes.

Gestão Integrada de Riscos e Desastres. Pouco antes da publicação dessa primeira nota técnica, eu, enquanto diretora do Departamento de Minimização de Desastres da Secretaria Nacional de Defesa Civil, fiquei responsável pelo processo de capacitação e oferta de cursos no campo de Defesa Civil para o Brasil inteiro. Em 2010, a gente organizou o primeiro curso de psicologia para a Gestão Integrada de Riscos e Desastres, que era um curso a distância, com 1.500 vagas para psicólogos e não psicólogos. O objetivo era difundir, divulgar e informar quais eram as possibilidades de atuação da psicologia para o campo da Defesa Civil — o que foi um marco histórico tanto para o campo da Defesa Civil como para o campo da psicologia, porque foi quando a gente percebeu que a área começou a ser democratizada.

As pessoas começaram a olhar, de fato, para essa área como um espaço possível de atuação profissional, e, na medida em que, junto com isso, a gente passou a lidar com a progressão e a intensificação dos desastres, o que começou a acontecer é que a nossa atuação foi se tornando cada vez mais necessária.

Victor Hugo Turezo: A partir de que momento você percebe que a atuação do campo da psicologia se torna relevante na Gestão Integral de Riscos e Desastres?

Eu acho que as coisas aconteceram em um mesmo movimento. No ano de 2008, a gente teve um grande desastre na região Nordeste, que afetou os estados de Pernambuco, Maceió, Alagoas, Paraíba e, principalmente, a Bahia, com a destruição bastante importante de muitos municípios. Naquele momento, eu fui a campo em todos os estados e como já tinha essa mobilização junto ao Conselho Federal de Psicologia, a gente começou a acionar os Conselhos Regionais dessas regiões — convidando profissionais que pudessem colaborar com as defesas civis dos municípios de maneira voluntária na organização dos abrigos provisórios. Como eu estava, naquele momento, em uma função de gestão, quando a gente fazia as reuniões dos gabinetes de crise para a gestão do desastre nos estados, nós começamos a convidar os colegas que estavam na Secretaria de Saúde, na Secretaria de Assistência Social, na Secretaria de Educação, coisa que não acontecia antes. Eu me

lembro que nessa ocasião, as primeiras reuniões que eu fazia e que eu pedia para que elas comparecessem aos gabinetes de crise, alguns profissionais da psicologia e de serviço social que estavam nessas pastas me diziam que não era um campo de atuação possível para esses profissionais. Diziam-me que não era tema da psicologia e tampouco do serviço social.

Então, a coisa foi acontecendo meio que junto: a instauração do campo de conhecimento, junto com a atuação enquanto necessidade. O curso ofertado no ano de 2010 permitiu, justamente, diminuir a estranheza da inserção dos profissionais da psicologia e do serviço social. Então, a ideia do curso era fazer esse grande chamamento a partir da democratização do conhecimento da área. E aí, em 2011, a gente teve o grande desastre da Região Serrana do Rio de Janeiro, que está completando 15 anos agora [em 2026]. E eu acho que esse evento foi o grande ponto de inflexão do nosso campo, porque, como foi um desastre muito grande, eu me lembro que teve uma quantidade enorme de colegas se apresentando como voluntários, e julgo que isso foi resultado da massiva divulgação que realizamos como possibilidade de área de atuação. E, diante da magnitude daquele desastre, muitos profissionais voluntários vieram de todo o país dizendo que queriam ajudar. Mas por que isso foi um problema? Porque esses profissionais não estavam capacitados para atuar naquele tipo de cenário. Então, até por uma questão de vício de formação — que ainda hoje eu acho que a gente tem uma formação [na graduação de psicologia] voltada para a área clínica —, muitos desses profissionais iam a campo e muitos, ainda hoje, vão com a ideia de que a gente vai atuar numa perspectiva de atenção terapêutica, de intervenção do luto; e não é isso. Mas, enfim, eu acho que o desastre da Região Serrana foi esse grande ponto de inflexão para a nossa área.

Além disso, outra questão que estava acontecendo nesse mesmo momento — e que também se mistura com a minha história — é que, do ano de 2007 até 2011, eu fiz parte da diretoria da Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP). E aí, junto, então, da Secretaria Nacional de Defesa Civil, do Conselho Federal de Psicologia e da ABEP, a gente estava fazendo um movimento para tentar

inserir nos conteúdos de graduação, ainda que de maneira transversal, a temática do campo da Gestão Integrada de Riscos e Desastres ou da Psicologia das Emergências e Desastres. Assim, as coisas foram acontecendo: esse movimento foi feito de uma forma articulada, ao mesmo tempo que os desastres foram se intensificando.

Victor Hugo Turezo: Gostaria, agora, que você pudesse comentar sobre a Lei n. 12.608, de 2012, que instituiu a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil. Qual a importância desta lei para o campo da Gestão Integral de Riscos e Desastres? Quais os avanços obtidos no campo a partir deste marco legislativo? Em uma outra conversa que tivemos, em abril de 2025, você comentou que teve participação ativa em sua elaboração. Pode nos dizer como foi essa experiência?

A instituição da Lei n. 12.608, de 2012, foi importantíssima. Eu diria que realmente é um marco. Para que haja uma política pública instaurada, nós precisamos de uma lei que a ampare. Foi quando a gente, oficialmente, pôde definir para o país uma política pública de Proteção e Defesa Civil. De 2003 a 2010 – momento dos dois primeiros governos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva –, a gente compreendia que havia de estabelecer um campo fértil de garantias de direitos, em diferentes áreas, para todos.

Em 2003, quando a gente chegou à Defesa Civil, para você ter uma ideia, a Secretaria tinha 11 funcionários que eram todos de outros órgãos. A Defesa Civil não tinha um quadro próprio de funcionários porque todas as suas ações no país, naquele momento, se limitavam ao repasse de recursos quando acontecia algum desastre. A situação de emergência era decretada e o governo federal tinha essa secretaria que cuidava de cancelar a situação de emergência para que, posteriormente, fosse repassado o recurso a nível federal. Era uma secretaria que atuava unicamente no contexto da resposta ao desastre – e resposta compreendendo o repasse de recursos no momento da ocorrência do desastre.

Mas, com a compreensão de que a gente precisava ampliar para as outras fases que englobam a gestão de risco, a atuação da secretaria foi ganhando corpo,

e a gente começou a fazer os cursos não só para os profissionais de Defesa Civil, mas para a população em geral, com o intuito de que ela também pudesse identificar os riscos. Com isso, em 2004, foi a primeira vez que a gente ouviu os alertas da Defesa Civil ganharem notoriedade a nível nacional. Eu me lembro de que foi a primeira vez que a gente teve uma euforia junto à pequena equipe que trabalhava na Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil quando o William Bonner [jornalista e âncora do Jornal Nacional à época] disse: “A Defesa Civil alerta que vai haver chuvas fortes”. Isso não acontecia.

Foi nesse contexto que as atividades foram ganhando corpo. A necessidade de construção de percepção de risco e de desenvolver atividades de prevenção foi sendo elaborada, pois elas não eram feitas – o recurso era só para a recuperação. E isso tudo era orientado por decreto, por mais que a gente tenha ampliado essa atuação, todas as atividades de 2003 até 2012 ainda eram orientadas por decreto – então tinha essa fragilidade, já que eles iam se modificando, porque o decreto é facilmente modificado.

Então, de 2003 a 2012, a Secretaria foi ampliando o escopo das ações. Tivemos a instituição de vários decretos porque, a cada novo decreto, surgiam novas demandas: precisávamos fazer mais ações de prevenção, mais ações de preparação, e tudo isso ia sendo incorporado. À medida em que esses pontos eram incluídos, o decreto anterior perdia efeito e outro passava a vigorar. Mas ainda era tudo baseado em decreto, o que deixava a estrutura frágil. Foi, então, que começamos a fortalecer esse discurso, junto com uma articulação política que acontecia nos estados, nos municípios e também no âmbito federal: era preciso uma lei que orientasse essas ações.

Nessa época, acho que o Estatuto das Cidades veio primeiro, talvez em 2001. A Defesa Civil nacional participou da construção do Estatuto das Cidades e, a partir dessas discussões que aconteciam no âmbito da Casa Civil, começamos a defender que precisávamos fazer o mesmo no campo da Defesa Civil: construir uma lei específica para orientar a área. Agora, o que acontece? Naquele momento, a gente entendia – e isso ainda acontece muito – que seria necessário um esforço grande para incluir na

lei aquilo que defendíamos: a ampliação das ações de prevenção e preparação. Só que isso também significava destinar recursos para essas ações. E, toda vez que se discute uma nova lei, é assim: quando a questão dos recursos aparece, surgem as dificuldades. Porque é preciso tirar verba de algum lugar para colocar em outra área, e muitas vezes é aí que as coisas acabam não avançando.

O que eu estou contando com essa história é o seguinte: quando a lei saiu, em 2012, muita gente ficou com a impressão de que ela tinha sido criada por causa do desastre da Região Serrana. Mas não foi. A lei já vinha sendo construída nesse processo a bastante tempo. Quando aconteceu o desastre da Região Serrana, a lei praticamente já estava pronta. O que mudou foi que o Congresso entendeu que não dava mais para adiar a votação daquela lei. Aí, o deputado Glauber Braga (PSOL-RJ), que foi uma espécie de padrinho da proposta, levou o texto para votação e articulou sua aprovação. Como ele era do estado do Rio de Janeiro, naquele contexto, acabou ficando para a opinião pública a ideia de que a lei tinha surgido em função da tragédia da Região Serrana.

E aí, o interessante é que a lei foi instituída, mas o foco continuou sendo a resposta aos desastres. As ações previstas na própria lei seguiram sem regulamentação. Tanto que o decreto de regulamentação da lei de 2012 só saiu no ano passado, em 2025. Então, isso é um exemplo muito claro de que o país ainda não conseguiu consolidar plenamente essa agenda de prevenção. Claro que, nos últimos 20 anos, avançamos muito – principalmente se compararmos com aquele cenário de 2003 que eu te contei –, mas ainda estamos patinando bastante nessa questão da prevenção.

Então, a gente avançou muito. Um exemplo disso foi a criação do Centro Nacional de Gerenciamento de Desastres. Ele começou a ser montado numa salinha pequeninha, ali por 2004 ou 2005, mas o Centro Nacional só foi oficialmente instituído em 2011. E aí, de novo, parece que tudo acontece em função dos desastres, como se o desastre fosse aquele empurrão que acelera as coisas. O que aconteceu foi o seguinte: durante anos, os secretários de Defesa Civil insistiam que era preciso investir na criação do Centro Nacional de Gerenciamento de Desastres,

porque era necessário desenvolver sistemas de alerta e outras ações de prevenção. Mas isso sempre esbarrava na questão dos recursos. Dinheiro para prevenção quase nunca aparecia. O recurso acabava sendo destinado, principalmente, para a resposta aos desastres.

Victor Hugo Turezo: Me parece, nesse sentido, que a lógica acaba se invertendo, não é? É como se somente a morte e os desastres fossem impulsionadores da ação do Estado para a criação de políticas públicas.

Eu acho essa reflexão muito interessante, porque vejo que a psicologia teve – e acho que isso foi um grande privilégio, uma coincidência também – a oportunidade de estar naquele momento dentro dessa pasta, junto com a presença de um gestor que deu abertura para isso. Na medida em que fui buscando parceiros, deixou de ser apenas eu ocupando aquele espaço. A psicologia passou a exercer um protagonismo importante na construção dessa política pública, enquanto área de conhecimento. Porque, como eu disse a você, essas dificuldades não são exclusivas da política de Defesa Civil. A mesma coisa acontece na educação, na assistência e em várias outras áreas.

A gente quase nunca consegue recursos para ações de prevenção e desenvolvimento. Como você mesmo disse, estamos sempre correndo atrás do prejuízo. Mas, apesar disso, essa lógica mais humanitária de construção da política pública teve uma participação muito forte do conhecimento da psicologia. E aí, a gente foi construindo essas alianças não só com a psicologia, mas também com o serviço social e a área médica. Voltando ao meu papel como assistente social e, ao mesmo tempo em que eu atuava nisso, também fui articulando com o Ministério do Desenvolvimento Social. Porque, no início, por exemplo, as cestas de alimentos em situações de desastre saíam diretamente da SEDEC.

Isso acontecia porque o Desenvolvimento Social ainda não tinha incorporado plenamente que essa também era uma responsabilidade da assistência social. Então, a gente começou a organizar essas entregas de cestas e, depois, trouxe o próprio Ministério do Desenvolvimento Social para a conversa, no sentido de construir juntos como essa

assistência deveria funcionar. Com isso, a assistência em situações de desastre passou a ser integrada à política de assistência social. Hoje, por exemplo, quem executa esse tipo de ação já não é mais a Defesa Civil, mas sim o Ministério do Desenvolvimento Social, em articulação com a política de assistência social. O mesmo aconteceu na área da saúde. Em 2004, a partir da Defesa Civil, também buscamos o Ministério da Saúde para discutir que, em situações de desastre, era necessário organizar kits de medicamentos, já que os municípios muitas vezes perdem seus insumos.

Então, o papel da Defesa Civil é justamente esse: articular os diferentes atores. Aqui entra um ponto importante, por exemplo, a área da saúde. Foi esse olhar da psicologia como ciência – que entende que existem múltiplos espaços de cuidado – que ajudou a puxar essa articulação. A lógica era: não dá para ficar isolado, precisamos trazer o pessoal da saúde para dentro dessa construção.

Eu já tinha colegas da saúde que precisavam assumir a responsabilidade pela elaboração dos kits de medicamentos. E o primeiro kit que fizemos com o Ministério da Saúde foi em 2004. Hoje, isso já não é mais uma atribuição da Defesa Civil: em caso de desastre, o próprio Ministério da Saúde já sabe que o kit de medicamentos é responsabilidade dele. Essa articulação hoje é mais orgânica. E isso foi um grande avanço de 2003 até aqui, algo que não aconteceu por causa da lei. Quando a lei veio, isso já estava em curso. Mas a partir dela, esse processo passou a ser uma obrigação formal entre União, estados e municípios – e, nesse sentido, não tem mais como voltar atrás. Hoje já existe um campo consolidado de política pública de Proteção e Defesa Civil.

Outro marco importante, em que a psicologia também teve participação, foi a primeira Conferência Nacional de Proteção e Defesa Civil, organizada a partir do departamento que eu dirigia. Foi a primeira vez que o tema da Defesa Civil foi levado a uma consulta pública ampla. Fizemos conferências em todos os estados e nos municípios com maior incidência de desastres. A Defesa Civil trouxe e custeou a vinda de todos os delegados para Brasília. E esse processo da conferência, inclusive, foi anterior à própria lei. Então,

na própria conferência, saíram itens e deliberações que estão presentes na lei que foi instituída em 2012. Então, você vê que a construção da lei, de novo, não foi por causa da região serrana. Ela vinha sendo gestada neste processo, que culminou, inclusive, com a Conferência Nacional de Defesa Civil, com essa consulta comum no país inteiro.

Você vê que teve uma grande participação do olhar da psicologia. A primeira conferência, inclusive, não era só a Conferência Nacional de Defesa Civil: era a Conferência Nacional de Defesa Civil e Assistência Humanitária. Esse “e assistência humanitária” acabou sendo uma espécie de marca de que ali existia um campo de subjetividade, de cuidado com o sujeito, e um cuidado que precisava ser garantido de forma permanente, como direito e como proteção. Isso foi resultado de todo esse processo.

Victor Hugo Turezo: Daniela, a partir de toda trajetória que você vem rememorando em nossa conversa, da construção das políticas públicas, da articulação entre as áreas e da inserção da psicologia nesse campo, quais você considera as suas principais contribuições para a área da Gestão Integral de Riscos e Desastres?

Bom, eu percebo que, primeiro de tudo, houve uma construção muito importante da ideia de que a assistência humanitária vai muito além do simples repasse de recursos. Ela envolve direito à proteção, abrigo, saúde, segurança e os princípios básicos de dignidade. Isso não era algo colocado em pauta quando eu entrei na Defesa Civil em 2003. Não se falava disso. O desafio era justamente afirmar que, em situações de desastre, era preciso garantir normas mínimas de direitos humanos.

Eu tenho muito orgulho de ter contribuído com essa perspectiva, que foi, inclusive, a base do meu primeiro trabalho na Defesa Civil, ainda como assistente social, antes mesmo de atuar como psicóloga. Depois, já pela psicologia, uma contribuição importante foi ajudar a abrir esse campo, articulando com diferentes parceiros – o Conselho de Psicologia, a Associação Brasileira de Ensino e a academia. Foi um movimento, ao mesmo tempo, de buscar apoio e de afirmar: existe aqui um espaço legítimo de atuação da psicologia dentro da política pública, e ele precisa ser ocupado.

Nesse sentido, acho que meu olhar de política pública já vinha antes, muito pela formação em serviço social. Então, quando passei a atuar com a psicologia nesse contexto, já era com a compreensão de que não se tratava de uma atuação clínica, mas de um campo de política pública a ser construído. Acho que outra contribuição importante foi ajudar a estruturar essa leitura de uma psicologia social voltada para esse campo, junto com um esforço de democratizar o conhecimento, tanto sobre riscos e desastres quanto sobre a própria psicologia nessa área. Isso se traduziu, por exemplo, na organização de cursos sobre psicologia, comunicação de risco, preparação de comunidades e mobilização comunitária para redução de risco de desastres, realizados em diferentes regiões do país.

Victor Hugo Turezo: Como a Psicologia das Emergências e Desastres era compreendida antes desse movimento de ampliação do campo? E, na sua avaliação, é possível falar em uma mudança de paradigma ao longo do tempo, que tenha deslocado essa atuação mais responsiva para uma abordagem preventiva voltada à psicoeducação, à mobilização comunitária e à construção de uma cultura de conscientização sobre riscos nas cidades e nos territórios?

Não, infelizmente, não podemos pensar em mudança de paradigma de nossa categoria. Eu queria muito poder te responder de forma diferente. O que eu continuo vendo, inclusive nas situações em que sou procurada para colaborar na orientação de colegas que estão na ponta, é que a atuação da psicologia ainda se concentra, na maioria das vezes, no momento do desastre. Eu quase sempre sou acionada nesse contexto: “Ajuda a gente a organizar a atuação no abrigo”, “como lidar com essa situação no momento da resposta?”. Como não estou mais vinculada a nenhuma instituição, isso fica ainda mais evidente na minha experiência atual. Muito raramente sou chamada para apoiar a construção de planos de contingência nos municípios ou para contribuir com processos de educação comunitária, educação ambiental ou preparação prévia.

Eu sei que existem boas práticas no país, com participação de psicólogos nessas frentes mais preventivas, mas elas ainda são pontuais. Em termos

de volume, o que predomina mesmo é a atuação no momento da resposta, seja por profissionais da psicologia que atuam como voluntários, seja por aqueles que estão inseridos na assistência ou na saúde. E aí, eu queria enfatizar uma coisa: não é que isso não deva ser feito ou que não seja necessário, mas o ponto é que não pode ser só isso. O sujeito que foi afetado por um desastre é o mesmo que circula e é atendido no Centro de Assistência Social (CAPS), na Unidade Básica de Saúde (UBS), nas escolas do município. Ou seja, é alguém que já está inserido em uma rede de políticas públicas e que precisa de acompanhamento permanente, inclusive, considerando a experiência do desastre como parte da sua trajetória.

Porque, na prática, esse sujeito já vive em contextos de vulnerabilidade múltipla. Ele está em área de risco, tem restrições de acesso a direitos, serviços e condições básicas de proteção. O desastre não é um evento isolado na vida dele; ele é mais um elemento dentro de um processo contínuo de vulnerabilização. Por isso, esse cuidado não pode ser entendido como algo pontual. Mas, na prática, ainda funciona muito assim: a gente abre um “parêntese” no momento do desastre, atende aquele sujeito por causa daquele evento e depois segue adiante como se nada tivesse acontecido. Só que o desastre faz parte dessa história de vida. E, mais do que isso: se eu preciso acolher esse sujeito no momento do desastre, é porque, de algum modo, a rede de políticas públicas anterior não conseguiu protegê-lo. Ele não estava em um território seguro, não tinha informação suficiente, nem acesso adequado aos serviços que poderiam reduzir aquele risco. Se ele não estivesse submetido a essas vulnerabilidades, provavelmente não teria sido afetado daquela forma. Então, o desastre não pode ser tratado como um parêntese – e a nossa atuação também não deveria ser. Mas eu percebo que, na prática, ainda acaba sendo assim.

E, para que isso aconteça, eu penso que, antes de tudo, a gente precisa mudar a lógica da formação. Esses conteúdos precisam entrar de maneira mais consistente nos cursos. No ano passado [2025], em maio, participei de um encontro organizado pelo Conselho Federal de Psicologia com as Comissões de Psicologia, Emergências e Desastres dos estados. E, o

que ouvi dos colegas confirmou muito o que também escuto de profissionais que atuam diretamente nos municípios: hoje muitos psicólogos já compreendem que a atuação não pode ficar restrita ao momento da resposta. Mas a grande pergunta é: “O que eu faço?”, “Como eu faço isso?”. Porque ninguém aprendeu.

Eu mesma não aprendi isso na faculdade. Depois, como diretora da ABEP, tive a oportunidade de conhecer currículos de cursos de psicologia de várias regiões do país, e esse tema praticamente não aparecia. E não é apenas a ausência de uma disciplina específica. Mesmo áreas como psicologia ambiental ou psicologia social não abordam com profundidade as possibilidades de atuação nesse campo.

Porque esse é um campo múltiplo, interdisciplinar por natureza. Eu até brinco que ele nasce “multi”. Então, numa disciplina como a que vocês organizaram, por exemplo, aparecem conteúdos de diferentes áreas – e precisa ser assim mesmo. Talvez essa seja justamente a grande beleza desse campo, pelo menos é o que faz meus olhos brilharem: a possibilidade de mobilizar a psicologia como um todo. Como a gestão de riscos e desastres envolve diferentes fases, ela também convoca diferentes olhares e contribuições da psicologia.

Então, eu acho que a nossa grande fragilidade hoje está justamente aí: ainda não temos uma formação suficientemente consistente para atuar nesse campo de maneira mais ampla. E isso vale tanto para a graduação quanto para a especialização. Hoje já existem alguns esforços importantes. A Fiocruz, por exemplo, tem um curso muito interessante voltado para atuação em emergências e desastres. Eu diria que, atualmente, é uma das principais referências nessa área. Mas não há outras.

E isso se reflete na descontinuidade do suporte psicossocial adequado para esses contextos. Se reflete, inclusive, na desqualificação da nossa profissão; em diferentes momentos, eu já ouvi de gestores, principalmente da Defesa Civil, algo como: “Pelo amor de Deus, não manda voluntário da psicologia para cá”. E isso é muito significativo, porque começa a surgir uma percepção do psicólogo como um problema dentro da gestão do desastre. Mas isso também acontece por desinformação sobre qual

é, de fato, a função da psicologia nesses contextos. Ainda existe muito a ideia de que o psicólogo vai fazer terapia no meio da crise, como se essa fosse a única possibilidade de atuação. E aí entra também uma dificuldade do próprio campo em se posicionar e dizer claramente o que faz e como pode contribuir.

Só que isso acaba virando um ciclo: não se posiciona porque não conhece suficientemente o campo, e não conhece porque também não houve formação para isso. Por isso, eu insisto tanto que a grande questão está no processo de formação. Se tivéssemos uma formação mais consistente, talvez conseguíssemos ocupar melhor esses espaços e compreender a diversidade de atuações possíveis.

Na área da comunicação, por exemplo, a psicologia tem muito a contribuir na construção de estratégias de comunicação de risco, tanto para instituições públicas quanto privadas. Comunicação que ajude a produzir comportamentos de autoproteção, prevenção ambiental e cuidado coletivo. Afinal, trabalhar com comunicação que produz saúde também é parte da nossa área. Na psicologia educacional acontece a mesma coisa. Como construir, nos processos educativos e relacionais, uma visão de mundo mais sustentável? Como fortalecer a relação das pessoas com o território, com o meio ambiente e com os impactos que surgem dessa relação?

No fundo, é uma forma mais sistêmica de compreender a relação do sujeito com o mundo e com as mudanças climáticas. E eu costumo dizer, apesar dos colegas não psicólogos brincarem que estou puxando a sardinha para a psicologia, que as mudanças climáticas também são um tema da psicologia, porque são um tema do existir. O que está em jogo é justamente como vamos continuar existindo nesse contexto de transformação climática. Como vamos nos relacionar com essa nova realidade que já está posta.

Victor Hugo Turezo: E para finalizarmos: considerando o cenário atual de crises climáticas cada vez mais frequentes, por que você entende que a Gestão Integral de Riscos e Desastres se torna um tema tão central nos dias de hoje quando falamos de proteção de saúde mental?

Então, porque a temática da redução de riscos é, também, uma temática de preservação e proteção de saúde mental. Não existe saúde mental se a gente não souber como se proteger diante dos múltiplos riscos com os quais convivemos hoje. A psicologia com a qual estamos mais familiarizados, voltada aos processos intrapsíquicos, busca justamente isso: desenvolver autoconhecimento para que o sujeito identifique suas fragilidades e construa ferramentas para lidar com suas vulnerabilidades, produzindo uma vida mais saudável do ponto de vista da saúde mental.

No campo das emergências e desastres, a psicologia também pode ser promotora de saúde mental quando ajuda na construção de ferramentas de percepção de risco, de autoproteção e de proteção coletiva e comunitária. Isso inclui também o cuidado com o ambiente em que vivemos, porque ele é condição da nossa própria existência. Eu costumo dizer que ninguém que vive em uma área de risco, que escuta uma sirene e associa esse som à possibilidade de morte, consegue ter saúde mental. Essa pessoa só terá alguma condição de segurança psíquica se souber o que fazer, para onde ir, como agir no momento de um alerta, e se tiver acesso à informação e a redes de proteção.

Por isso, a temática do risco é também uma temática da psicologia. Ela é uma questão de saúde mental porque é, antes de tudo, uma questão de preservação da vida. E, no contexto atual de mudanças climáticas, o risco deixou de estar “lá longe”. Ele chegou aos grandes centros urbanos. Hoje, pessoas que viviam em áreas consideradas seguras começam a perceber que já não têm mais essa garantia. Isso produz insegurança, fragilidade e medo, especialmente quando não se sabe como agir para proteger a própria integridade. E se, lá em 2003, essa discussão parecia restrita às populações mais vulnerabilizadas, hoje ela diz respeito a todos nós.

Por isso, eu acho que precisamos compreender o risco de desastre como parte do nosso cotidiano. Precisamos conhecer esses riscos, exigir proteção como direito e desenvolver ferramentas individuais e coletivas de proteção. Isso também é saúde mental.

CONTRIBUIÇÃO

Entrevistada:

Daniela da Cunha Lopes

Consultora independente com experiência em políticas públicas, gestão de riscos e desastres, proteção e defesa civil, saúde mental em crises e participação social. Atuou na formulação e implementação de políticas públicas em âmbito federal, cooperação interinstitucional e assessoramento técnico em contextos de elevada complexidade social. Oficial da reserva do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, pesquisadora da Universidade Federal Fluminense (UFF), mestranda em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP) e integrante do grupo HumanizaCom. É referência nacional em psicologia aplicada a emergências e desastres, comunicação de riscos e direitos humanos.

Entrevistadores:

Victor Hugo Turezo

Psicólogo. Atualmente desenvolve projetos e processos formativos junto a movimentos populares urbanos e rurais.

Uelison Vaz França

Graduando em Psicologia pela FAE Centro Universitário.